

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O QUE CONHECEM OS ALUNOS DO CURSO DE PEDAGOGIA

Elvis Lopes Vasconcelos (1); Ana Cristina Silva Soares (4)

*Universidade Estadual Vale do Acaraú, elviszacky@hotmail.com (1); Universidade Estadual Vale do Acaraú,
acsilvasoares@gmail.com (4)*

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho é compreender o que os estudantes do curso de pedagogia conhecem sobre inclusão, acessibilidade e a “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, de 2018, alinhando assim, o que se discute nas questões contidas da proposta curricular do projeto pedagógico do curso, de 2015. O referencial teórico deste trabalho baseia-se nos seguintes autores: Chauí (2003), Santos (2005), Severino (2008); a questão inclusiva e educação especial: Mittler (2003) e Mantoan (2003); teoria do currículo Silva (2010) e Veiga (2002); e nos documentos oficiais: Lei de Diretrizes e Bases - LDB (BRASIL, 1996), a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEEI) (BRASIL, 2008) e Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia, da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA, 2015). Este trabalho é resultado de uma pesquisa de abordagem documental e quantitativa realizada com estudantes de dois períodos do citado curso, da Universidade Estadual Vale do Acaraú, no município de Sobral, Ceará. Os resultados evidenciam os dados a partir da aplicação dos questionários que partiram de um olhar sobre o início da graduação e o término da mesma, sendo no curso de Pedagogia. Por meio deste trabalho de cunho quantitativo, no que se diz respeito à quantidade de respostas satisfatórias dadas sobre o tema da ‘Política Nacional’, e após as análises dos gráficos e tabelas correspondentes as duas turmas podemos entender alguns pontos que podem guiar o currículo universitário, no tema em questão: Educação Inclusiva.

Palavras-chave: Política Educacional; Currículo; Pedagogia; Inclusão.

INTRODUÇÃO

O Brasil neste momento vem experimentando vários embates de natureza ideológica, política, social e educacional; as quais vêm se apresentando, às vezes, deficiências nas discussões de algumas políticas educacionais que precisam ser revistas no âmbito das instituições educacionais. Considera-se aí, discussões sobre o que conhece a partir da proposta projeto pedagógico de curso, de 2015, e alinhando ao conhecimento da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEEI), de 2008.

Compreende-se que o “sistema escolar, assim como a nossa sociedade, vai avançando para através do ideal democrático de justiça e igualdade, de garantia dos direitos sociais, culturais, humanos para todos” (MOREIRA; CANDAU, 2007, p. 18). Daí, o processo curricular pode cumprir ações que se desenvolvam ao favorecimento da inclusão na educação, na observância de uma política, por exemplo. Para Gimeno-Sacristán (1998, p. 48) “O currículo é uma determinação da ação e da prática, assim como o são as valorizações sobre o que é cultura apropriada”. O que os estudantes de um curso de pedagogia compreendem sobre uma política implementada a partir dos trabalhos desenvolvidos nas disciplinas através do projeto pedagógico do curso?

Este trabalho é resultado de uma pesquisa de abordagem documental e quantitativa realizada em dois períodos do curso de Pedagogia, da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, no município de Sobral, Ceará. Este estudo surgiu a partir das discussões do projeto de pesquisa sobre “Inclusão, acessibilidade, deficiências, práticas pedagógicas e formação de professores: maneiras de pensar e de agir de professores e alunos da educação básica e do ensino superior do município de sobral – CE”, a qual pertence ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Acessibilidade, Deficiências, Práticas Pedagógicas e Educação Inclusiva (GEPADep), vinculado ao curso de Pedagogia da citada Universidade, que desenvolve investigações com estudantes de graduação e pós-graduação sobre educação inclusiva.

O objetivo principal deste trabalho é compreender o que os estudantes do curso de pedagogia conhecem sobre inclusão, acessibilidade e a “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, de 2018, alinhando assim, o que se discute nas questões contidas da proposta curricular do projeto pedagógico do curso, de 2015. Portanto, buscando conectar os conhecimentos prévios sobre o assunto com a sua prática, pretende-se ver quais as possíveis questões que precisam ser efetivadas para se obter o conhecimento, no que se diz respeito ao currículo da instituição no curso da pedagogia.

Iniciando uma discussão sobre esta problemática é importante entender os conceitos de inclusão e educação especial, para posteriormente ver as demais questões. O autor diz:

A inclusão implica uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamento dos alunos nas atividades de sala de aula. Ela é baseada em um sistema de valores que faz com que todos se sintam bem-vindos e celebra a diversidade que tem como base o gênero, a nacionalidade, a raça, a linguagem de origem, o background social, o nível de aquisição educacional ou a deficiência. (MITTLER, 2003, p. 34)

Baseando-se no conceito do autor, é importante rever algumas questões singulares para se ter a inclusão, não somente dentro da sala de aula, mas dentro do âmbito educacional, questionando primeiramente o currículo proposto neste momento, para posteriormente ver de onde parte os alunos e suas atividades. Fazendo uma revisão plural sobre os contextos curriculares, contextuais para posteriormente se entender a Educação.

Segundo Mantoan (2003, p. 32) a inclusão “é produto de uma educação plural, democrática e transgressora”. Provocando uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional que por sua vez abala a identidade do professor e do aluno. Não se pode ter a mesma pedagogia, ou melhor, as mesmas práticas e as mesmas ferramentas, pois o público é diversificado e heterogêneo.

A Lei de diretrizes e bases da educação nacional, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, o artigo 58 dispõe que “A educação especial é modalidade de ensino, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para os alunos portadores de necessidades especiais.” (BRASIL, 1996). Com os objetivos da educação especial são os mesmos da educação de ensino regular, o que difere são as diferenças entre os educandos, aos demais, o que se diz respeito às deficiências e as necessidades educacionais, sendo repreendido este contexto para todos independentes da deficiência ou da dificuldade, pois todos têm direito de participar da mesma sala regular de ensino.

Neste sentido, a questão da educação inclusiva, como um marco de referência, se apresenta na “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, publicada em 2008, tornando-se marco histórico educacional e político. O documento define alguns pontos importantes: na introdução, contempla marcos históricos e legais para uma política nacional, diagnóstico educacional sobre alunos com deficiências para complementar sua importância em dados estatísticos. Os objetivos da política, desde um olhar educacional, mas também para um olhar social, definindo e direcionando para quais alunos esta política contempla

e por fim suas diretrizes para sua efetivação. Não trazendo a solução para a questão da Educação Especial no Brasil, mas alarmando algumas dificuldades que devem ser vistas e renovadas.

Segundo Silva (2010) a concepção do currículo escolar centrado no conhecimento privilegia a apropriação do patrimônio científico cultural acumulado em lugar do avanço em direção a novas descobertas e fronteiras científicas.

O referencial teórico deste trabalho baseia-se nos seguintes autores que discutem a questão do ensino superior Chaui (2003), Santos (2005), Severino (2008), a questão inclusiva e educação especial no olhar de: Mittler (2003) e Mantoan (2003), teoria do currículo em Silva (2010) e Veiga (2002) e nos documentos oficiais: Lei de Diretrizes e Bases - LDB (BRASIL, 1996), a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEEI) (BRASIL, 2008) e Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia, da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA, 2015).

METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo principal deste trabalho realizou-se uma pesquisa de abordagem documental e quantitativa realizada em dois períodos do curso de Pedagogia, da Universidade Estadual Vale do Acaraú, no município de Sobral, Ceará. Entende-se que esta proposta faz parte de uma pesquisa do “Grupo de Pesquisas e Estudos sobre Inclusão, Acessibilidade, Deficiências e Práticas Pedagógicas”, vinculado ao Curso de Pedagogia, da Universidade Estadual Vale do Acaraú, que tem por objetivo realizar uma investigação sobre a educação inclusiva em uma universidade pública e em escolas públicas deste município.

Para desenvolver este estudo foi realizada pesquisa documental e de campo através da aplicação de questionário, que para apresenta Lakatos e Marconi (2003) “o questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador.” (p. 201), na qual duas salas foram escolhidas para realizar o questionário, uma do primeiro período e outra do oitavo no turno da manhã apenas, buscando compreender quais os níveis de conhecimento dos graduandos de quem entra na universidade e para quem está saindo dela, dentro do curso de pedagogia, e juntamente com o questionário, apresentou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, buscando não divulgar nenhuma informação se quer sobre o determinado questionário, sendo facultativa a realização do questionário em ambas as turmas sem

identificação por nome ou qualquer tipo de característica que seja de fácil identificação.

Sendo de método estatístico, após a análise dos dados, sendo interpretados, indo em busca de um nível de conhecimento em ambas as turmas do curso de pedagogia, sendo proposta uma análise quantitativa, na tabela e gráficos, evidenciando, por exemplo, o conhecimento sobre inclusão e a PNEEEI, de 2008. Conforme Gil (2008, p.17) “este método se fundamenta na aplicação da teoria estatística da probabilidade e constitui importante auxílio para a investigação em ciências sociais.” Considerando, no entanto as explicações obtidas mediante as respostas dos graduandos apresentados nos questionários, sendo levada em conta apenas a análise do conhecimento dos mesmos sobre a temática apresentada.

Juntamente com o apoio da literatura especializada dos autores que estão à universidade e o curso de pedagogia, dando ênfase aos documentos oficiais e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Pedagogia, 2015, buscando aprimorar as discussões posteriormente. O PPC contém os seguintes eixos: Escola e Inclusão Social; Educação, Trabalho e Afetividade; Pesquisa e gestão do conhecimento educacional; Docência e Gestão dos Processos Educativos; gestão dos processos educativos na educação infantil; gestão dos processos educativos nas Séries Iniciais do Ensino fundamental: Competências; gestão dos Processos Educativos Escolares e Não Escolares. Desse modo, foram pensadas as perguntas do questionário.

No questionário foi realizado com objetivo de conhecer quem são os alunos destes períodos para posteriormente compreender as tais respostas, sendo construída durante a realização do mesmo. Sendo dividido nos seguintes pontos: I – IDENTIFICAÇÃO: buscando conhecer as questões de localização, sexo, estado civil, procedência, qual a cor e se tem algum tipo de deficiência; II – INFORMAÇÕES ESCOLARES: buscando conhecer em que ano concluiu o ensino médio e que ano entrou para a universidade, em qual estabelecimento estudava e em que tipo de ensino teve, e as preferências universitárias e profissionais; III - INFORMAÇÕES SÓCIO-CULTURAIS: saber qual é o material de leitura utilizado e se tem algum tipo de hábito deste tipo; IV - INFORMAÇÕES SOBRE A GRADUAÇÃO: descobrir qual o eixo dentro da graduação tem mais afinidade e qual área pretende trabalhar, se já trabalha na área e se tem algum tipo de grupo de extensão/estudo/pesquisa dentro da universidade; V - INFORMAÇÕES SOBRE INCLUSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL: conhecer o que os alunos sabem sobre estes termos de inclusão e educação especial, entrando no conceito de acessibilidade fora e dentro da universidade que está inserido; VI – INFORMAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: conhecer o mais importante e o foco da pesquisa, saber e conhecer qual conhecimento os alunos tem sobre a Política Nacional de Educação Especial, quais práticas e quais metodologias são mais utilizadas e conhecidas neste momento.

Após a análise dos questionários, no que se diz respeito aos do VI - INFORMAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA foi analisado de acordo com um gráfico de qualidade, comparando as respostas dos estudantes com os conhecimentos prévios das referências teóricas do texto, na Tabela abaixo:

Tabela 1 – Forma avaliativa das respostas dos questionários

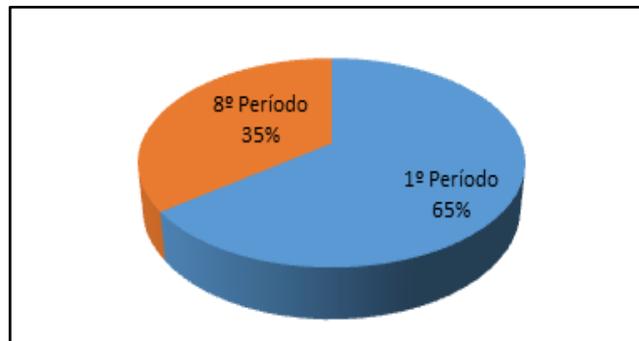
AVALIAÇÃO POR RESPOSTAS DADAS	CÓDIGO PARA NOTA DE CADA AVALIAÇÃO
Resposta satisfatória	5
Resposta pouco satisfatória	4
Resposta Incompleta	3
Pouco conhecimento sobre	2
Nenhum conhecimento sobre	1

Fonte: Elaboração do autor.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados evidenciam os dados a partir da aplicação dos questionários que partiram de um olhar sobre o início da graduação e o término da mesma, sendo realizado no curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú na Cidade de Sobral, Ceará. O curso contém nove períodos, que ocorrem nos dois turnos, mas foram realizados apenas no turno da manhã, pois sendo no fim do semestre do período 2017.2, nas quais já estavam encerrando-se as aulas. Sendo realizado somente com alunos do curso de pedagogia que corresponde ao período proposto, pois às vezes contém alguns alunos de outros períodos que estão apenas atrasados ou adiantando disciplinas, ou até mesmo de outros cursos.

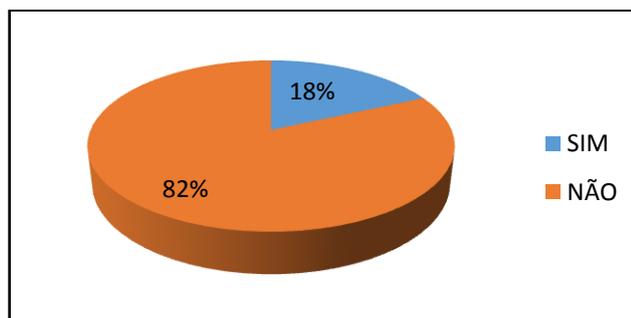
Como ideia amostral, podemos compreender a relevância do questionário em um determinado grupo, sendo matriculados 793 alunos no período 2017.2, e sendo feito questionários apenas com duas turmas (Gráfico 1), podemos compreender um pouco sobre a questão do início e o fim da graduação do curso de licenciatura em Pedagogia na

Gráfico 1 – Amostra total dos estudantes que participaram da pesquisa

Fonte: Elaboração do autor

Para apresentação dos resultados, duas partes: o primeiro período e posteriormente com o oitavo. O primeiro período foi feita durante a disciplina de Metodologia do Trabalho Científico, com 45 alunos matriculados, mas no momento, continha na sala 37 alunos, mas sendo realizado com 33 alunos apenas, que apresentaram um perfil distinto, sendo destacado agora apenas com os eixos I – IDENTIFICAÇÃO: correspondendo à localização, sendo a maioria do interior da cidade da universidade se localiza, com público feminino superior, solteiros, de zona urbana e com identificação maior parda. Sendo o curso de Pedagogia na grande maioria a primeira escolha de curso de graduação.

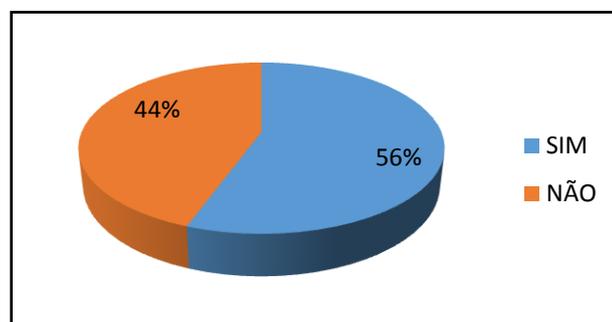
No eixo VI – INFORMAÇÕES SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, trás alguns apontamentos importantes que destacam um nível de conhecimento muito inferior sobre no que se diz respeito à política e aos conceitos de inclusão e educação especial (Gráfico 02).

Gráfico 2 – Conhecimento do 1º período – “conhecem a PNEEEI”

Fonte: Elaboração do autor

Com a turma do oitavo período foi feita durante a disciplina de Educação, Cidadania e Movimentos Sociais, sendo matriculados na disciplina 23 alunos, contendo 20 alunos presentes, mas 18 alunos preencheram o questionário, na qual foi vista uma mudança importante, mesmo sendo um número menor em comparação ao primeiro período. Sendo em referência ao eixo I, a maioria da cidade local da Universidade, do sexo feminino, solteiros (as), de zona urbana e parda, apresentada no gráfico 3 e ao eixo VI, a maioria tem algum tipo de conhecimento sobre as questões inclusivas, sobre a Política e demais apontamentos sobre a educação especial (Gráfico 03).

Gráfico 03 - 1º Período: Conhece a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva



Fonte: Elaboração do autor

Em termos comparativos de níveis de conhecimento podemos destacar a aprimorar algumas discussões apresentadas dentro do referencial teórico, documentos oficiais e ao Projeto Político Pedagógico da Universidade na cidade de Sobral, CE. Como será apresentada em pontos como:

De onde vem este conhecimento? Através das análises posteriores aos dados, podemos entender que o conhecimento não é somente responsabilidade da universidade em seus eixos, mas também na formação fora da universidade, apesar de que seria importante revisar e orientar ao corpo docente da universidade que seria importante uma revisão no currículo e nos eixos, para que atenda a toda gama da diversidade dentro da universidade e não apenas a teoria, mas fazer de fato a união estável de 'práxis: teoria com prática', para obter alguns resultados.

A universidade está focada nos conteúdos ou no público? Diante dos estudos do PPP e das diretrizes apresentadas, a universidade está com o foco do docente, mas não do discente, sendo ensinados e repassados conhecimentos diversos

de como ensinar e como apresentar os conteúdos dentro dos espaços escolares e não escolares, mas não sendo favorável ao público na qual irá ser iniciado. Com um olhar na educação inclusiva, não está se tendo aquela reflexão sobre o contexto com Mittler (2010) apresenta em seus trabalhos, onde destaca os contextos entre professor/aluno e família/escola, pois precisa ter clareza do que e para quem está sendo ensinado.

Não somente estes aspectos, mas analisar de fato todo o contexto da Universidade sobre as questões inclusivas para o seu futuro público docente, rever de fato quem é este profissional que a Universidade está formando.

Para a compreensão desde uma Política Nacional para descobrir o que alguns graduandos estão sabendo sobre algo, precisamos entender desde o início do processo da universidade até a sua efetivação, construindo um olhar da democratização do ensino, sendo direito de todos e para todos, sendo uma instituição não somente acadêmica, mas também social, como apresenta Chauí (2003, p. 5) “a universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo.” Propondo que necessita de uma mudança da universidade pública para a formação da democratização de ensino, destacando sete pontos condicionais para essa mudança, na qual é importante neste momento apenas o primeiro que diz respeito à colocação contra a exclusão como forma de relação social. (CHAUI, 2003, p. 12-15)

A Universidade sendo espelho da sociedade, então se é para a sociedade precisa também ser da Sociedade, buscando compreender os conhecimentos práticos do ensino da ‘práxis’, na qual Sousa Santos (2005) trás um olhar para a nova universidade do século XXI, propondo uma reforma no ensino universitário, na qual trás cinco áreas de ação para efetivar esse domínio: Acesso, extensão, pesquisa-ação, ecologia de saberes, universidade e escola pública, onde teremos um foco no ‘Acesso’, que descreve alguns pontos sobre o âmbito internacional, mas quando se refere ao Brasil, destaca que assume grande destaque, até mesmo merecendo referência especial, pois garante alguns benefícios fundamentais para a manutenção de uma graduação, como bolsas de estudo para estudantes e à questão das ‘cotas’ para estudantes de baixa renda, vindos de escola pública. (SOUSA SANTOS, 2005, p. 173)

O curso de pedagogia sendo um curso plural, no que se diz respeito a conhecimentos específicos, pois garante a formação de um pedagogo, professor que alfabetize e dê continuidade de aprender a aprender, aos estudantes da educação básica, buscando o nível superior. Destacado por Veiga (2002) que um dos desafios atuais encontrados é a formação docente e as questões dos objetivos da educação

superior desse curso de licenciatura, pois “[...] questões de ordem conceitual sobre a formação, objetivos, a lógica norteadora do processo, núcleo orientador, concepção de professor e as relações entre a teoria e prática, ensino/aprendizagem, ensino/pesquisa (...)”. (VEIGA, 2002, p.70).

E, por conseguinte trazendo para o contexto da cidade onde foram realizados os questionários com os estudantes do curso de Pedagogia, da Universidade Estadual Vale do Acaraú; sendo destacadas as determinadas informações analisadas mediante o Projeto Político Pedagógico do Curso, onde traz como proposta principal o desenvolvimento de competências e busca por uma sólida formação epistêmica, numa perspectiva de integração entre teoria e prática, articulando com o cotidiano de maneira a permitir experiências reais no que se refere à educação escolar e não escolar, nas escolas públicas e particulares.

Com o objetivo de formar pedagogos licenciados para exercerem a docência, a gestão e a pesquisa em processos educativos em Educação infantil, das séries iniciais do ensino fundamental e de espaços não escolares. Trazendo alguns específicos como formar pesquisadores capacitados, formar gestores, eventos acadêmicos culturais, ações de questões de qualidade e a exclusão social. Onde na proposta apresenta as competências e saberes que o profissional que sai da universidade precisa adquirir na sua formação: como “fazer, pensar, ouvir, conviver, aprender a aprender, lidar com a diferença e contratempos, ser criativo, dinâmico, autônomo, além de ser capaz de manusear os instrumentos tecnológicos disponíveis”.

Trazendo uma análise sobre a teoria curricular, podendo compreender “os conceitos de uma teoria organizam e estruturam nossa forma de ver a ‘realidade’?” (SILVA, 2010, p. 17). Podendo ver se o curso de pedagogia em si, favorece a questão da realidade Brasileira neste momento, mesmo estando em discussão atualmente por questões de currículo e mudanças de práticas pedagógicas, precisa-se efetivar um curricular igualitário na qual busque não somente um ensino de qualidade, mas sim uma efetivação das práticas com os alunos, independente das suas dificuldades e deficiências.

CONCLUSÃO

Por meio deste trabalho de cunho quantitativo, no que se diz respeito à quantidade de respostas satisfatórias dadas sobre o tema da ‘Política Nacional’, e após as análises dos gráficos e tabelas correspondentes as duas turmas podemos entender alguns pontos que

podem guiar o currículo universitário, no tema em questão: Educação Inclusiva.

No âmbito universitário, primeira coisa que precisa ser discutida é a questão do currículo, sempre ser revisto, assim como apresentado em alguns dados também que a reforma curricular da universidade precisa ser revistas em cada década, para buscar uma melhora nos conhecimentos que vem sendo desenvolvidos durante a globalização. Provocando assim uma melhora no conhecimento dos alunos, pois visto nos questionários alguns pontos foram defendidos e superados, mas dependendo da qualidade do trabalho não somente da disciplina, mas do interesse próprio do aluno para a temática.

Como o objetivo deste trabalho foi compreender o que os estudantes conhecem sobre Inclusão, acessibilidade e a “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, podemos compreender após a análise dos dados apresentados pelos questionários, os estudantes necessitam de mais informações, não somente vindos propriamente do professor, mas se questionar se a Universidade está fazendo algo em prol destes conhecimentos que estão tão presentes no cotidiano, não somente dos universitários, mas do público que serão ensinados por estes futuros docentes; pois, neste ano de 2018 está completando dez anos de sua efetivação. Buscando conectar os conhecimentos prévios sobre o assunto com a sua prática, pretendendo ver quais as possíveis questões que precisam ser efetivadas para se ter esse conhecimento, no que se diz respeito ao currículo da instituição.

Concluindo, os estudantes universitários não somente precisam entender a importância destes conhecimentos para o seu profissionalismo, mas também dentro da universidade ser apresentada e discutida essas questões, no que se diz respeito ao currículo que a universidade apresenta neste determinado momento. Continuando a pesquisa para ter um entendimento de onde surge esse conhecimento nos alunos e não apenas vindo dentro da universidade, mas também fora dela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 948/2007. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

CHAUI, Marilena. **A Universidade pública sob nova perspectiva**. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, Brasil, 5-15, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIMENO-SACRISTÁN, José. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de Metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Indagações sobre currículo**: currículo, conhecimento e cultura; Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

SOUSA SANTOS, Boa Ventura de. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. Educação, Sociedade & Culturas, nº 23, 137-202, 2005.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **O ensino superior brasileiro: novas configurações e velhos desafios**. Editora UFPR, Curitiba, n. 31, p. 73–89, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

UVA. **Projeto Pedagógico de Curso Licenciatura em Pedagogia**. Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral - CE, 2015.